



CÓD: OP-066DZ-23
7908403546312

SEMED CAMPO GRANDE

**UNIVERSIDADE SEMED CAMPO GRANDE –
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE
DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

Professor- Língua Portuguesa
(Anos Finais do Ensino Fundamental)

EDITAL N°01/2023

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de texto.	7
2. Tipologia e gêneros textuais.	7
3. A língua e suas modalidades.	8
4. Discurso direto, indireto, indireto livre.	8
5. Intertextualidade.	10
6. Coesão e coerência textuais.	11
7. Funções da Linguagem: Fática, Conativa (ou apelativa), Poética, Referencial (informativa ou cognitiva), Emotiva (ou expressiva), Metalinguística.	12
8. Acentuação gráfica.	12
9. Emprego do sinal indicativo de crase.	13
10. Ortografia.	14
11. Classes de palavras.	14
12. Período composto: coordenação, subordinação e orações reduzidas.	22
13. Pontuação.	26
14. Significação das palavras: homonímia e paronímia.	29
15. Concordância nominal, concordância verbal.	30
16. regência verbal e regência nominal.	32
17. Uso de “há” (verbo) e “a” (preposição). Uso de onde e aonde. Uso dos porquês.	33

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Noções de lógica.	39
2. Estruturas lógicas e diagramas lógicos.	43
3. Valores lógicos das proposições. Conectivos. Tabelas-verdade.	46
4. Lógica de argumentação.	47
5. Sequências e séries.	51
6. Correlação de elementos.	52
7. Raciocínio analítico.	56

Legislação Básica da Educação

1. Lei n. 12.796/2013 (Formação dos profissionais da educação)	59
2. Lei n. 13.632/2018 (Educação e aprendizagem ao longo da vida)	60
3. Lei n. 14.191/2021 (Modalidade de educação bilíngue de surdos)	60
4. Lei n. 13.234/2015 (Identificação, cadastramento e atendimento de alunos com altas habilidades ou superdotação)	61
5. Lei n. 13.803/2019 (Notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar)	62
6. Lei n. 13.663/2018 (Prevenção e combate à violência e promoção da cultura de paz)	62
7. Lei n. 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência)	62
8. Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	79
9. Lei n. 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental)	117

Educação Brasileira – Temas Educacionais e Pedagógicos

1. Plano Municipal de Educação	123
2. Plano Nacional de Educação	187
3. Ensino a distância	190
4. Metodologias Ativas	192
5. Ensino híbrido	194
6. Base Nacional Comum Curricular	194
7. Avaliação da aprendizagem. 8. Avaliação educacional	234
8. Educação e tecnologia	235
9. Teorias da educação	235
10. Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas	237
11. Ensino e aprendizagem	238
12. Tecnologias da informação e comunicação	238
13. Fundamentos da Educação	239
14. Educação inclusiva e diversidade	244
15. Currículo: planejamento, seleção e organização dos conteúdos	252
16. Planejamento e organização do trabalho pedagógico	264
17. Programa de Inovação Educação Conectada	264
18. Educação para o trânsito	265
19. Educação Ambiental	265
20. Direitos humanos	266
21. LDB e alterações (Lei nº 9.394/96)	269
22. Referencial Curricular da Reme	286
23. Projeto Político Pedagógico	286
24. Formação inicial e continuada de professores	287
25. História da Educação Brasileira	292

Conhecimentos Específicos

Professor - Língua Portuguesa (Anos Finais do Ensino Fundamental)

1. Leitura e interpretação de texto	305
2. Tipologia e gêneros textuais	305
3. A língua e suas modalidades	306
4. Elementos da obra literária	307
5. Intertextualidade	319
6. Coesão e coerência textuais	320
7. Figuras de Linguagem: figuras de palavras, figuras de construção, figuras de pensamento e vícios de linguagem	321
8. Funções da Linguagem: fática, conativa (ou apelativa), poética, referencial (informativa ou cognitiva), emotiva (ou expressiva), metalinguística	325
9. Fonologia e Fonética: fonemas, classificação de fonemas, letra, estrutura e formação das palavras, sílaba, divisão, tonicidade e notações léxicas, encontros vocálicos (ditongo, hiato, tritongo). Encontro consonantal, dígrafos	327
10. Acentuação gráfica	328

ÍNDICE

11. Ortografia.....	329
12. Classes de palavras.....	330
13. Período simples e composto: coordenação e subordinação. Termos da oração (essenciais integrantes e acessórios)	337
14. Pontuação	341
15. Concordância nominal, concordância verbal	344
16. regência verbal e regência nominal.	346
17. Literatura Brasileira.....	347
18. Variação linguística.	354
19. Prática de análise linguística.	356

No quinhentismo, o que se demonstrava era o momento histórico vivido pela Península Ibérica, que abrangia uma literatura informativa e uma literatura dos jesuítas, como principais manifestações literárias no século XVI. Quem produzia literatura naquele período estava com os olhos voltados para as riquezas materiais (ouro, prata, ferro, madeira etc.), enquanto a literatura dos jesuítas preocupava-se com o trabalho de catequese.

Com exceção da carta de Pero Vaz de Caminha, considerada o primeiro documento da literatura no Brasil, as principais crônicas da literatura informativa datam da segunda metade do século XVI, fato compreensível, já que a colonização só pode ser contada a partir de 1530. A literatura jesuítica, por seu lado, também caracteriza o final do Quinhentismo, tendo esses religiosos pisado o solo brasileiro somente em 1549.

A literatura informativa, também chamada de literatura dos viajantes ou dos cronistas, reflexo das grandes navegações, empenha-se em fazer um levantamento da terra nova, de sua flora, fauna, de sua gente. É, portanto, uma literatura meramente descritiva e, como tal, sem grande valor literário.

A principal característica dessa manifestação é a exaltação da terra, resultante do assombro do europeu que vinha de um mundo temperado e se defrontava com o exotismo e a exuberância de um mundo tropical. Com relação à linguagem, o louvor à terra aparece no uso exagerado de adjetivos, quase sempre empregados no superlativo (belo é bellissimo, lindo é lindíssimo etc.)

O melhor exemplo da escola quinhentista brasileira é Pero Vaz de Caminha. Sua “Carta a El Rei Dom Manuel sobre o achamento do Brasil”, além do inestimável valor histórico, é um trabalho de bom nível literário. O texto da carta mostra claramente o duplo objetivo que, segundo Caminha, impulsionava os portugueses para as aventuras marítimas, isto é, a conquista dos bens materiais e a dilatação da fé cristã. Literatura jesuíta - Consequência da Contrarreforma, a principal preocupação dos jesuítas era o trabalho de catequese, objetivo que determinou toda a sua produção literária, tanto na poesia quanto no teatro. Mesmo assim, do ponto de vista estético, foi a melhor produção literária do Quinhentismo brasileiro. Além da poesia de devoção, os jesuítas cultivaram o teatro de caráter pedagógico, baseado em trechos bíblicos, e as cartas que informavam aos superiores na Europa sobre o andamento dos trabalhos na colônia.

Não se pode comentar, no entanto, a literatura dos jesuítas sem referências ao que o padre José de Anchieta representa para o Quinhentismo brasileiro. Chamado pelos índios de «Grande Piahy» (supremo pajé branco), Anchieta veio para o Brasil em 1553 e, no ano seguinte, fundou um colégio no planalto paulista, a partir do qual surgiu a cidade de São Paulo.

Ao realizar um exaustivo trabalho de catequese, José de Anchieta deixou uma fabulosa herança literária: a primeira gramática do tupi-guarani, insuperável cartilha para o ensino da língua dos nativos; várias poesias no estilo do verso medieval; e diversos autos, segundo o modelo deixado pelo poeta português Gil Vicente, que agrega à moral religiosa católica os costumes dos indígenas, sempre com a preocupação de caracterizar os extremos, como o bem e o mal, o anjo e o diabo.

O Barroco

O Barroco no Brasil tem seu marco inicial em 1601, com a publicação do poema épico «Prosopopeia», de Bento Teixeira, que introduz definitivamente o modelo da poesia camoniana em nossa literatura. Estende-se por todo o século XVII e início do XVIII.

Embora o Barroco brasileiro seja datado de 1768, com a fundação da Arcádia Ultramarina e a publicação do livro “Obras”, de Cláudio Manuel da Costa, o movimento academicista ganha corpo a partir de 1724, com a fundação da Academia Brasileira dos Esquecidos. Este fato assinala a decadência dos valores defendidos pelo Barroco e a ascensão do movimento arcadista. O termo barroco denomina genericamente todas as manifestações artísticas dos anos de 1600 e início dos anos de 1700. Além da literatura, estende-se à música, pintura, escultura e arquitetura da época.

Antes do texto de Bento Teixeira, os sinais mais evidentes da influência da poesia barroca no Brasil surgiram a partir de 1580 e começaram a crescer nos anos seguintes ao domínio espanhol na Península Ibérica, já que é a Espanha a responsável pela unificação dos reinos da região, o principal foco irradiador do novo estilo poético.

O quadro brasileiro se completa no século XVII, com a presença cada vez mais forte dos comerciantes, com as transformações ocorridas no Nordeste em consequência das invasões holandesas e, finalmente, com o apogeu e a decadência da cana-de-açúcar,

Uma das principais referências do barroco brasileiro é Gregório de Matos Guerra, poeta baiano que cultivou com a mesma beleza tanto o estilo cultista quanto o conceptista (o cultismo é marcado pela linguagem rebuscada, extravagante, enquanto o conceptismo caracteriza-se pelo jogo de ideias, de conceitos. O primeiro valoriza o pormenor, enquanto o segundo segue um raciocínio lógico, racionalista)

Na poesia lírica e religiosa, Gregório de Matos deixa claro certo idealismo renascentista, colocado ao lado do conflito (como de hábito na época) entre o pecado e o perdão, buscando a pureza da fé, mas tendo ao mesmo tempo necessidade de viver a vida mundana. Contradição que o situava com perfeição na escola barroca do Brasil.

Antônio Vieira - Se por um lado, Gregório de Matos mexeu com as estruturas morais e a tolerância de muita gente - como o administrador português, o próprio rei, o clero e os costumes da própria sociedade baiana do século XVII - por outro, ninguém angariou tantas críticas e inimizades quanto o “impiedoso” Padre Antônio Vieira, detentor de um invejável volume de obras literárias, inquietantes para os padrões da época.

Politicamente, Vieira tinha contra si a pequena burguesia cristã (por defender o capitalismo judaico e os cristãos-novos); os pequenos comerciantes (por defender o monopólio comercial); e os administradores e colonos (por defender os índios). Essas posições, principalmente a defesa dos cristãos-novos, custaram a Vieira uma condenação da Inquisição, ficando preso de 1665 a 1667. A obra do Padre Antônio Vieira pode ser dividida em três tipos de trabalhos: Profecias, Cartas e Sermões.

As Profecias constam de três obras: História do Futuro, Esperanças de Portugal e Clavis Prophetarum. Nelas se notam o Sebastianismo e as esperanças de que Portugal se tornaria o “quinto império do Mundo”. Segundo ele, tal fato estaria escrito na Bíblia. Aqui ele demonstra bem seu estilo alegórico de interpretação bíblica (uma característica quase que constante de religiosos brasileiros íntimos da literatura barroca). Além, é claro, de revelar um nacionalismo megalomaniaco e servidão incomum.

O grosso da produção literária do Padre Antônio Vieira está nas cerca de 500 cartas.

matura de Pedro II. É neste ambiente confuso e inseguro que surge o Romantismo brasileiro, carregado de lusofobia e, principalmente, de nacionalismo.

No final do Romantismo brasileiro, a partir de 1860, as transformações econômicas, políticas e sociais levam a uma literatura mais próxima da realidade; a poesia reflete as grandes agitações, como a luta abolicionista, a Guerra do Paraguai, o ideal de República. É a decadência do regime monárquico e o aparecimento da poesia social de Castro Alves. No fundo, uma transição para o Realismo.

O Romantismo apresenta uma característica inusitada: revela nitidamente uma evolução no comportamento dos autores românticos. A comparação entre os primeiros e os últimos representantes dessa escola mostra traços peculiares a cada fase, mas discrepantes entre si. No caso brasileiro, por exemplo, há uma distância considerável entre a poesia de Gonçalves Dias e a de Castro Alves. Daí a necessidade de se dividir o Romantismo em fases ou gerações. No romantismo brasileiro podemos reconhecer três gerações: Geração Nacionalista ou indianista; geração do “mal do século” e a “geração condoreira”.

A primeira (nacionalista ou indianista) é marcada pela exaltação da natureza, volta ao passado histórico, medievalismo, criação do herói nacional na figura do índio, de onde surgiu a denominação “geração indianista”. O sentimentalismo e a religiosidade são outras características presentes. Entre os principais autores, destacam-se Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e Araújo Porto.

Egocentrismo - A segunda (do mal do século, também chamada de geração byroniana, de Lord Byron) é impregnada de egocentrismo, negativismo boêmio, pessimismo, dúvida, desilusão adolescente e tédio constante. Seu tema preferido é a fuga da realidade, que se manifesta na idealização da infância, nas virgens sonhadas e na exaltação da morte. Os principais poetas dessa geração foram Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire e Fagundes Varela.

A geração condoreira, caracterizada pela poesia social e libertária, reflete as lutas internas da segunda metade do reinado de D. Pedro II. Essa geração sofreu intensamente a influência de Victor Hugo e de sua poesia político-social, daí ser conhecida como geração hugoana. O termo condoreirismo é consequência do símbolo de liberdade adotado pelos jovens românticos: o condor, águia que habita o alto da condilheira dos Antas. Seu principal representante foi Castro Alves, seguido por Tobias Barreto e Sousândrade.

Duas outras variações literárias do Romantismo merecem destaque: a prosa e o teatro romântico. José de Nicola demonstrou quais as explicações para o aparecimento e desenvolvimento do romance no Brasil: “A importação ou simples tradução de romances europeus; a urbanização do Rio de Janeiro, transformado, então, em Corte, criando uma sociedade consumidora representada pela aristocracia rural, profissionais liberais, jovens estudantes, todos em busca de entretenimento; o espírito nacionalista em consequência da independência política a exigir uma “cor local” para os enredos; o jornalismo vivendo o seu primeiro grande impulso e a divulgação em massa de folhetins; o avanço do teatro nacional.”

Os romances respondiam às exigências daquele público leitor; giravam em torno da descrição dos costumes urbanos, ou de amenidades das zonas rurais, ou de imponentes selvagens, apresentando personagens idealizados pela imaginação e ideologia românticas com os quais o leitor se identificava, vivendo uma realidade que lhe convinha. Algumas poucas obras, porém, fugiram desse esquema, como “Memórias de um Sargento de Milícias”, de Manuel Antônio de Almeida, e até “Inocência”, do Visconde de Taunay.

Ao se considerar a mera cronologia, o primeiro romance brasileiro foi “O filho do pescador”, publicado em 1843, de autoria de Teixeira de Souza (1812-1881). Mas se tratava de um romance sentimentalóide, de trama confusa e que não serve para definir as linhas que o romance romântico seguiria na literatura brasileira.

Por esta razão, sobretudo pela aceitação obtida junto ao público leitor, justamente por ter moldado o gosto deste público ou correspondido às suas expectativas, convencionou-se adotar o romance “A Moreninha”, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado em 1844, como o primeiro romance brasileiro.

Dentro das características básicas da prosa romântica, destacam-se, além de Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida e José de Alencar. Almeida, por sinal, com as “Memórias de um Sargento de Milícias” realizou uma obra totalmente inovadora para sua época, exatamente quando Macedo dominava o ambiente literário. As peripécias de um sargento descritas por ele podem ser consideradas como o verdadeiro romance de costumes do Romantismo brasileiro, pois abandona a visão da burguesia urbana, para retratar o povo com toda a sua simplicidade.

“Casamento” - José de Alencar, por sua vez, aparece na literatura brasileira como o consolidador do romance, um ficcionista que cai no gosto popular. Sua obra é um retrato fiel de suas posições políticas e sociais. Ele defendia o “casamento” entre o nativo e o europeu colonizador, numa troca de favores: uns ofereciam a natureza virgem, um solo esplêndido; outros a cultura. Da soma desses fatores resultaria um Brasil independente. “O guarani” é o melhor exemplo, ao se observar a relação do principal personagem da obra, o índio Peri, com a família de D. Antônio de Mariz.

Esse jogo de interesses entre o índio e o europeu, proposto por Alencar, aparece também em Iracema (um anagrama da palavra América), na relação da índia com o Português Martim. Moacir, filho de Iracema e Martim, é o primeiro brasileiro fruto desse casamento.

José de Alencar diversificou tanto sua obra, que tornou possível uma classificação por modalidades: romances urbanos ou de costumes (retratando a sociedade carioca de sua época - o Rio do II Reinado); romances históricos (dois, na verdade, voltados para o período colonial brasileiro - “As minas de prata” e “A guerra dos mascates”); romances regionais (“O sertanejo” e “O gaúcho” são as duas obras regionais de Alencar); romances rurais (como “Til” e “O tronco do ipê”); e romances indianistas (que trouxeram maior popularidade para o escritor, como “O Guarani”, “Iracema” e “Ubirajara”).

Realismo e Naturalismo

“O Realismo é uma reação contra o Romantismo: o Romantismo era a apoteose do sentimento - o Realismo é a anatomia do caráter. É a crítica do homem. É a arte que nos pinta a nossos próprios olhos - para condenar o que houve de mau na nossa sociedade”. Ao cunhar este conceito, Eça de Queiroz sintetizou a visão de vida que os autores da escola realista tinham do homem durante e logo após o declínio do Romantismo.

Esse estilo de época teve uma prévia: os românticos Castro Alves, Sousândrade e Tobias Barreto, embora fizessem uma poesia romântica na forma e na expressão, utilizavam temas voltados para a realidade político-social da época (final da década de 1860). Da mesma forma, algumas produções do romance romântico já apontavam para um novo estilo na literatura brasileira, como algumas

O Simbolismo

É comum, entre críticos e historiadores, afirmar-se que o Brasil não teve momento típico para o Simbolismo, sendo essa escola literária a mais europeia, dentre as que contaram com seguidores nacionais, no confronto com as demais. Por isso, foi chamada de “produto de importação”. O Simbolismo no Brasil começa em 1893 com a publicação de dois livros: “Missal” (prosa) e “Broquéis” (poesia), ambos do poeta catarinense Cruz e Sousa, e estende-se até 1922, quando se realizou a Semana de Arte Moderna.

O início do Simbolismo não pode ser entendido como o fim da escola anterior, o Realismo, pois no final do século XIX e início do século XX tem-se três tendências que caminham paralelas: Realismo, Simbolismo e pré-modernismo, com o aparecimento de alguns autores preocupados em denunciar a realidade brasileira, entre eles Euclides da Cunha, Lima Barreto e Monteiro Lobato. Foi a Semana de Arte Moderna que, pois, fim a todas as estéticas anteriores e traçou, de forma definitiva, novos rumos para a literatura do Brasil.

Transição - O Simbolismo, em termos genéricos, reflete um momento histórico extremamente complexo, que marcaria a transição para o século XX e a definição de um novo mundo, consolidado a partir da segunda década deste século. As últimas manifestações simbolistas e as primeiras produções modernistas são contemporâneas da primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa.

Nesse contexto de conflitos e insatisfações mundiais (que motivou o surgimento do Simbolismo), era natural que se imaginasse a falta de motivos para o Brasil desenvolver uma escola de época como essa. Mas é interessante notar que as origens do Simbolismo brasileiro se deram em uma região marginalizada pela elite cultural e política: o Sul - a que mais sofreu com a oposição à recém-nascida república, ainda impregnada de conceitos, teorias e práticas militares. A República de então não era a que se desejava. E o Rio Grande do Sul, onde a insatisfação foi mais intensa, transformou-se em palco de lutas sangrentas iniciadas em 1893, o mesmo ano do início do Simbolismo.

A Revolução Federalista (1893 a 1895), que começou como uma disputa regional, ganhou dimensão nacional ao se opor ao governo de Floriano Peixoto, gerando cenas de extrema violência e crueldade no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Além disso, surgiu a Revolta da Armada, movimento rebelde que exigiu a renúncia de Floriano, combatendo, sobretudo, a Marinha brasileira. Ao conseguir esmagar os revoltosos, o presidente consegue consolidar a República.

Esse ambiente provavelmente representou a origem do Simbolismo, marcado por frustrações, angústias, falta de perspectivas, rejeitando o fato e privilegiando o sujeito.

E isto é relevante pois a principal característica desse estilo de época foi justamente a negação do Realismo e suas manifestações. A nova estética nega o cientificismo, o materialismo e o racionalismo. E valoriza as manifestações metafísicas e espirituais, ou seja, o extremo oposto do Naturalismo e do Parnasianismo.

“Dante Negro” - Impossível referir-se ao Simbolismo sem reverenciar seus dois grandes expoentes: Cruz e Sousa e Alphonsus de Guimaráes. Aliás, não seria exagero afirmar que ambos foram o próprio Simbolismo. Especialmente o primeiro, chamado, então, de “cisne negro” ou “Dante negro”. Figura mais importante do Simbolismo brasileiro, sem ele, dizem os especialistas, não haveria essa estética no Brasil. Como poeta, teve apenas um volume publicado em vida: “Broquéis” (os dois outros volumes de poesia são póstumos). Teve uma carreira muito rápida, apesar de ser considerado um dos maiores nomes do Simbolismo universal. Sua obra apre-

senta uma evolução importante: na medida em que abandona o subjetivismo e a angústia iniciais, avança para posições mais universalizantes - sua produção inicial fala da dor e do sofrimento do homem negro (colocações pessoais, pois era filho de escravos), mas evolui para o sofrimento e a angústia do ser humano.

Já Alphonsus de Guimaráes preferiu manter-se fiel a um “triângulo” que caracterizou toda a sua obra: misticismo, amor e morte. A crítica o considera o mais místico poeta de nossa literatura. O amor pela noiva, morta às vésperas do casamento, e sua profunda religiosidade e devoção por Nossa Senhora, gerou, e não poderia ser diferente, um misticismo que beirava o exagero. Um exemplo é o “Setenário das dores de Nossa Senhora”, em que ele atesta sua devoção pela Virgem. A morte aparece em sua obra como um único meio de atingir a sublimação e se aproximar de Constança - a noiva morta - e da virgem. Daí o amor aparecer sempre espiritualizado.

A própria decisão de se isolar na cidade mineira de Mariana, que ele próprio considerou sua “torre de marfim”, é uma postura simbolista.

O Pré-modernismo

O que se convencionou chamar de pré-modernismo no Brasil não constitui uma escola literária. Pré-modernismo, é, na verdade, um termo genérico que designa toda uma vasta produção literária, que caracteriza os primeiros vinte anos deste século.

Nele é que se encontram as mais variadas tendências e estilos literários - desde os poetas parnasianos e simbolistas, que continuavam a produzir, até os escritores que começavam a desenvolver um novo regionalismo, alguns preocupados com uma literatura política, e outros com propostas realmente inovadoras. É grande a lista dos autores que pertenceram ao pré-modernismo, mas, indiscutivelmente, merecem destaque: Euclides da Cunha, Lima Barreto, Graça Aranha, Monteiro Lobato e Augusto dos Anjos.

Assim, pode-se dizer que essa escola começou em 1902, com a publicação de dois livros: “Os sertões”, de Euclides da Cunha, e “Canaã”, de Graça Aranha, e se estende até o ano de 1922, com a realização da Semana de Arte Moderna.

Apesar de o pré-modernismo não constituir uma escola literária, apresentando individualidades muito fortes, com estilos às vezes antagônicos - como é o caso, por exemplo, de Euclides da Cunha e Lima Barreto - percebe-se alguns pontos comuns entre as principais obras pré-modernistas:

- a) eram obras inovadoras, que apresentavam ruptura com o passado, com o academicismo;
- b) primavam pela denúncia da realidade brasileira, negando o Brasil literário, herdado do Romantismo e do Parnasianismo. O grande tema do pré-modernismo é o Brasil não oficial do sertão nordestino, dos caboclos interioranos, dos subúrbios;
- c) acentuavam o regionalismo, com o qual os autores acabam montando um vasto painel brasileiro: o Norte e o Nordeste nas obras de Euclides da Cunha, o Vale do Rio Paraíba e o interior paulista nos textos de Monteiro Lobato, o Espírito Santo, retratado por Graça Aranha, ou o subúrbio carioca, temática quase que invariável da obra de Lima Barreto;
- d) difundiram os tipos humanos marginalizados, que tiveram ampliado o seu perfil, até então desconhecido, ou desprezado, quando conhecido - o sertanejo nordestino, o caipira, os funcionários públicos, o mulato;
- e) traçaram uma ligação entre os fatos políticos, econômicos e sociais contemporâneos, aproximando a ficção da realidade.

para as mãos dos exportadores. Mas também não se pode esquecer de José Lins do Rego, com as suas regiões de cana, os banguês e os engenhos sendo devorados pelas modernas usinas.

O primeiro romance representativo do regionalismo nordestino, que teve seu ponto de partida no Manifesto Regionalista de 1926, foi “A bagaceira”, de José Américo de Almeida, publicado em 1928. Verdadeiro marco na história literária do Brasil, sua importância deve-se mais à temática (a seca, os retirantes, o engenho) e ao caráter social do romance, do que aos valores estéticos.

Pós-Modernismo

O Pós-Modernismo se insere no contexto dos extraordinários fenômenos sociais e políticos de 1945. Foi o ano que assistiu ao fim da Segunda Guerra Mundial e ao início da Era Atômica, com as explosões de Hiroshima e Nagasaki. O mundo passa a acreditar numa paz duradoura. Cria-se a Organização das Nações Unidas (ONU) e, em seguida, publica-se a Declaração dos Direitos do Homem. Mas, logo depois, inicia-se a Guerra Fria.

Paralelamente a tudo isso, o Brasil vive o fim da ditadura de Getúlio Vargas. O País inicia um processo de redemocratização. Convoca-se uma eleição geral e os partidos são legalizados. Apesar disso, abre-se um novo tempo de perseguições políticas, ilegalidades e exílios.

A literatura brasileira também passa por profundas alterações, com algumas manifestações representando muitos passos adiante; outras, um retrocesso. O jornal “O Tempo”, excelente crítico literário, encarrega-se de fazer a seleção.

Intimismo - A prosa, tanto nos romances como nos contos, aprofunda a tendência já trilhada por alguns autores da década de 30, em busca de uma literatura intimista, de sondagem psicológica, introspectiva, com destaque para Clarice Lispector.

Ao mesmo tempo, o regionalismo adquire uma nova dimensão com a produção fantástica de João Guimarães Rosa e sua recriação dos costumes e da fala sertaneja, penetrando fundo na psicologia do jagunço do Brasil central.

Na poesia, ganha corpo, a partir de 1945, uma geração de poetas que se opõe às conquistas e inovações dos modernistas de 1922. A nova proposta foi defendida, inicialmente, pela revista Orfeu, cujo primeiro número é lançado na “Primavera de 1947” e que afirma, entre outras coisas, que “uma geração só começa a existir no dia em que não acredita nos que a precederam, e só existe realmente no dia em que deixam de acreditar nela.”

Essa geração de escritores negou a liberdade formal, as ironias, as sátiras e outras “brincadeiras” modernistas. Os poetas de 45 partem para uma poesia mais equilibrada e séria”, distante do que eles chamavam de “primarismo desabonador” de Mário de Andrade e Oswald de Andrade. A preocupação primordial era quanto ao restabelecimento da forma artística e bela; os modelos voltam a ser os mestres do Parnasianismo e do Simbolismo.

Esse grupo, chamado de Geração de 45, era formado, entre outros poetas, por Lêdo Ivo, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Geir Campos e Darcy Damasceno. O final dos anos 40, no entanto, revelou um dos mais importantes poetas da nossa literatura, não filiado esteticamente a qualquer grupo e aprofundador das experiências modernistas anteriores: ninguém menos que João Cabral de Melo Neto. Contemporâneos a ele, e com alguns pontos de contato com sua obra, destacam-se Ferreira Gullar e Mauro Mota.

A produção contemporânea

Produção contemporânea deve ser entendida como as obras e movimentos literários surgidos nas décadas de 60 e 70, e que refletiram um momento histórico caracterizado inicialmente pelo autoritarismo, por uma rígida censura e enraizada autocensura. Seu período mais crítico ocorreu entre os anos de 1968 e 1978, durante a vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Tanto que, logo após a extinção do Ato, verificou-se uma progressiva normalização no País.

As adversidades políticas, no entanto, não mergulharam o País numa calmaria cultural. Ao contrário, as décadas de 60 e 70 assistiram a uma produção cultural bastante intensa em todos os setores.

Na poesia, percebe-se a preocupação em manter uma temática social, um texto participante, com a permanência de nomes consagrados como Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e Ferreira Gullar, ao lado de outros poetas que ainda aparavam as arestas em suas produções.

Visual - O início da década de 60 apresentou alguns grupos em luta contra o que chamaram “esquemas analítico-discursivos da sintaxe tradicional”. Ao mesmo tempo, esses grupos buscavam soluções no aproveitamento visual da página em branco, na sonoridade das palavras e nos recursos gráficos. O sintoma mais importante desse movimento foi o surgimento da Poesia Concreta e da Poesia Práxis. Paralelamente, surgia a poesia “marginal”, que se desenvolveu fora dos grandes esquemas industriais e comerciais de produção de livros.

No romance, ao lado da última produção de Jorge Amado e Érico Veríssimo, e das obras “lacriminosas” de José Mauro de Vasconcelos (“Meu pé de Laranja-Lima”, “Barro Branco”), de muito sucesso junto ao grande público, tem se mantido o regionalismo de Mário Palmério, Bernardo Élis, Antônio Callado, Josué Montello e José Cândido de Carvalho. Dentre os intimistas, destacam-se Osman Lins, Autran Dourado e Lygia Fagundes Telles.

Na prosa, as duas décadas citadas assistiram à consagração das narrativas curtas (crônica e conto). O desenvolvimento da crônica está intimamente ligado ao espaço aberto a esse gênero na grande imprensa. Hoje, por exemplo, não há um grande jornal que não inclua em suas páginas crônicas de Rubem Braga, Fernando Sabino, Carlos Heitor Cony, Paulo Mendes Campos, Luís Fernando Veríssimo e Lourenço Diaféria, entre outros. Deve-se fazer uma menção especial a Stanislaw Ponte Preta (Sérgio Porto), que, com suas bem-humoradas e cortantes sátiras político-sociais, escritas na década de 60, tem servido de mestre a muitos cronistas.

O conto, por outro lado, analisado no conjunto das produções contemporâneas, situa-se em posição privilegiada tanto em qualidade quanto em quantidade. Entre os contistas mais significativos, destacam-se Dalton Trevisan, Moacyr Scliar, Samuel Rawet, Rubem Fonseca, Domingos Pellegrini Jr. e João Antônio.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA.

É possível encontrar no Brasil diversas variações linguísticas, como na linguagem regional. Elas reúnem as variantes da língua que foram criadas pelos homens e são reinventadas a cada dia.

Delas surgem as variações que envolvem vários aspectos históricos, sociais, culturais, geográficos, entre outros.

Nenhuma língua é usada de maneira uniforme por todos os seus falantes em todos os lugares e em qualquer situação. Sabe-se que, numa mesma língua, há formas distintas para traduzir o mesmo significado dentro de um mesmo contexto.

– **Preciosismo:** é um léxico excessivamente erudito, muito raro: *procrastinar* (em vez de adiar); *cinesíforo* (em vez de motorista).

– **Vulgarismo:** o contrário do preciosismo, por exemplo, de *saco cheio* (em vez de *aborrecido*), *se ferrou* (em vez de *se deu mal*, *arruinou-se*).

Tipos de Variação

As variações mais importantes, são as seguintes:

– **Sociocultural:** Esse tipo de variação pode ser percebido com certa facilidade.

– **Geográfica:** é, no Brasil, bastante grande. Ao conjunto das características da pronúncia de uma determinada região dá-se o nome de sotaque: sotaque mineiro, sotaque nordestino, sotaque gaúcho etc.

– **De Situação:** são provocadas pelas alterações das circunstâncias em que se desenrola o ato de comunicação. Um modo de falar compatível com determinada situação é incompatível com outra

– **Histórica:** as línguas se alteram com o passar do tempo e com o uso. Muda a forma de falar, mudam as palavras, a grafia e o sentido delas. Essas alterações recebem o nome de *variações históricas*.

PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA.

A PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

1) PCNS E A PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA

Segundo Daniela Manini, os PCNs sugerem, como metodologia para o trabalho com os objetos de ensino de Língua Portuguesa, partir de atividades que envolvam o *uso* da língua, como produção e compreensão de textos orais e escritos em diferentes gêneros discursivos/ textuais, seguidas de atividades de *reflexão* sobre a língua e a linguagem a fim de aprimorar as possibilidades de *uso*. O tratamento didático proposto pode ser assim esquematizado:

USO . REFLEXÃO . USO

O eixo da reflexão envolve as práticas de *análise linguística*. De acordo com os PCNs, esta “não é uma nova denominação para o ensino de gramática”, pois, uma vez que toma o texto como unidade de ensino, além dos aspectos ortográficos e sintáticos a serem considerados, considera também os aspectos semânticos e pragmáticos que enquadram o texto em determinado gênero discursivo/ textual. Dessa forma, os referenciais assumem uma perspectiva contrária à tradição gramatical, que analisa unidades menores como fonemas, classes de palavras, frases, raramente chega ao texto e reproduz a “clássica metodologia de definição, classificação e exercitação” (PCNs).

Outra evidência da postura contrária à tradição gramatical é que, em nenhum momento, os PCNs fazem alusão ao aprimoramento dos conhecimentos linguísticos visando à *norma culta* ou se referem à dicotomia *fala x escrita*. Apontam, sim, para a necessidade de a escola possibilitar ao aluno conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, e também levá-lo ao domínio apropriado da leitura e da escrita, relacionando-as à oralidade quando necessário, para as práticas sociais em que deverá fazer uso das mesmas. Há uma preocupação, portanto, em promover práticas

significativas de acesso à cultura letrada, garantindo a permanência e a circulação autônoma dos indivíduos em uma sociedade grafo-cêntrica; para isso, as práticas reflexivas sobre atividades de uso da língua e da linguagem são fundamentais.

Apoiados nos estudos de Rodrigues Silva, vemos uma contradição nos PCNs quando afirmam que análise linguística não é ensino de gramática, pois, na apresentação sobre a área de Língua Portuguesa, há a seguinte colocação: “(...) discute-se se há ou não necessidade de ensinar gramática. Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é o que, para que e como ensiná-la” (PCNs). Entendemos que os referenciais negam a associação entre análise linguística e gramática normativa, porém há outros conceitos de gramática implícitos na prática então sugerida. O próprio percurso metodológico proposto (USO . REFLEXÃO . USO) parte de uma gramática internalizada, em direção a uma gramática descritiva reflexiva feita através de atividades epilinguísticas para, por fim, chegar à gramática explícita ou às atividades metalinguísticas; a sugestão é que as atividades que envolvam metalinguagem sejam abordadas no quarto ciclo (7ª. e 8ª. séries), porém sem interesse normativo-prescritivo, com o privilégio de alguns conteúdos pertinentes às especificidades dos gêneros discursivos/ textuais a serem estudados e não de todos os conteúdos tradicionalmente dados por gramáticas normativas. De acordo com o documento:

A atividade mais importante, pois, é a de criar situações em que os alunos possam operar sobre a própria linguagem (...). É a partir do que os alunos conseguem intuir nesse trabalho epilinguístico, tanto sobre os textos que produzem quanto sobre os textos que leem, que poderão falar e discutir sobre a linguagem, registrando e organizando essas intuições: uma atividade metalinguística, que envolve a descrição dos aspectos observados por meio da categorização e tratamento sistemático dos diferentes conhecimentos construídos. (PCNs)

Se, nos ciclos anteriores [1ª. a 6ª. séries], priorizavam-se as atividades epilinguísticas, havendo desequilíbrio claro entre estas e as metalinguísticas, nesse momento [7ª. e 8ª. séries] já pode haver maior equilíbrio: sem significar abandono das primeiras ou uso exaustivo das segundas, os diversos aspectos do conhecimento linguístico podem, principalmente no quarto ciclo, merecer tratamento mais aprofundado na direção da construção de novas formas de organizá-lo e representá-lo que impliquem a construção de categorias, intuitivas ou não. (PCNs)

Os alunos (...), ao se relacionarem com este ou aquele texto, sempre o farão segundo suas possibilidades: isto aponta para a necessidade de trabalhar com alguns conteúdos e não com todos. (PCNs)

Entre as várias influências que os referenciais trazem para essa abordagem, destacamos os trabalhos de Geraldí. Nos *Cadernos da Fidene*, o autor propõe o ensino de gramática a partir de produções escritas dos alunos; a sugestão dos conteúdos a serem trabalhados em cada série_ bastante fiel às gramáticas normativas_ evidencia o quanto a tradição gramatical era influente, à época; porém o autor destaca que, a partir dos textos dos alunos, além dos aspectos ortográficos e sintáticos, o professor deveria considerar também os efeitos de sentido e possibilitar que os alunos compartilhassem suas produções escritas com toda a turma, não tendo apenas o professor como interlocutor. Em *O texto na sala de aula* (1984), Geraldí usa pela primeira vez o termo “análise linguística” para os estudos gramaticais feitos a partir do texto, o que aponta para uma perspectiva processual, de construção e reflexão sobre os conhecimentos linguísticos, ainda que se destacasse, à época, a im-